

1. MOBILIDADE RESIDENCIAL, SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E GLOBALIZAÇÃO

A mobilidade residencial e a segregação sócio-espacial são conceitos que revelam uma interessante simbiose, principalmente no atual período denominado de globalização, quando ganham dramática força enquanto fenômenos espaciais. Passemos, então, à conceituação deste três termos principais em nosso trabalho, apontando suas relações.

1.1. Mobilidade residencial

Talvez seja desnecessário iniciarmos o debate a respeito da mobilidade residencial afirmando a importância de tal fenômeno sócio-espacial na estruturação interna da cidade.

Afinal, cada novo imóvel deve ser ocupado por alguém, proveniente de algum lugar, em geral da própria cidade. Neste sentido, a mobilidade intra-urbana está associada [...] aos processos subjacentes à segregação residencial e à diferenciação funcional no espaço, para citar apenas alguns muito caros aos planejadores urbanos (SMOLKA, 1994, p. 241).

Em Magalhães et Carvalho (2002, p. 1), citando Cadwallader,

a mobilidade residencial urbana pode ser interpretada como sendo fenômeno do mercado residencial, com as famílias mudando seu estoque de moradias, à medida que experimentam mudanças, tanto no *status* familiar, quanto no *status* socioeconômico.



Para Simmons, citado em Magalhães et Rios-Neto (2004), ela se tornaria, às vezes, a concretização espacial da mobilidade social.

Por sua vez, Luciana Corrêa do Lago (2000), em menção feita a Brand et Brulhardt, a mobilidade residencial seria considerada como um deslocamento à curta distância, parte da mobilidade espacial que também englobaria as migrações, sendo este o conceito mais aproximado que encontramos da mobilidade residencial enquanto fenômeno espacial.

Outrossim, podemos considerar a mobilidade residencial como uma das muitas dinâmicas sócio-espaciais intra-urbanas³, caracterizada por um movimento de alteração do *status quo* espacial de um indivíduo ou família, quase sempre de direção única, feito de maneira súbita, entre dois pontos do espaço intra-urbano, ou seja, é o deslocamento entre a moradia original e a nova; motivado por condicionantes as mais variadas possíveis, sem dúvidas, parte integrante da mobilidade espacial do indivíduo, a que se acrescentam também migrações em escalas espaciais maiores (interurbanas, campo-cidade, cidade-campo, interestaduais, inter-regionais, etc.) e deslocamentos pendulares.

A mobilidade residencial, mesmo sendo um fenômeno encerrado no espaço intra-urbano, está intimamente ligada com os processos migratórios regionais e nacionais, pois sua maior ou menor dinâmica espacial será diretamente influenciada pela chegada ou não de novos contingentes populacionais (OLIVEIRA, 2005b, p. 3).

³ Utilizamos o termo intra-urbano, baseados em Villaça (2001), que justifica seu uso na distinção entre as dinâmicas relacionadas ao “interno” das cidades, devido ao comprometimento dos termos espaço urbano, estrutura urbana, dinâmicas urbanas, etc., ou seja, à palavra urbano (que já bastaria como expressão satisfatória para explicação dos fenômenos e elementos internos de uma cidade) com relação ao estudo regional.



Ainda em Magalhães et Carvalho (2002), referindo-se a Clark et Onaka sobre as mudanças residenciais, estabelece três classificações de tipos de movimento – o forçado, o induzido e o de ajuste – figurando em cada uma condicionantes específicas que levam à mobilidade residencial.

O movimento forçado se caracteriza por motivos que fogem ao controle das famílias e dos indivíduos. A interdição do imóvel pela Defesa Civil, um incêndio no imóvel, a reintegração de posse de áreas invadidas seriam exemplos deste tipo de movimento.

O movimento induzido seria resultante “da formação/dissolução familiar e aqueles associados com múltiplos ou ambíguos ajustes necessários, devido às mudanças no ciclo de vida ou em outras características da família” (MAGALHÃES, 2002, p. 7). O casamento, nascimento de um filho, separação do casal seriam exemplos aqui.

Por último, o movimento de ajuste está relacionado à quantidade de consumo das famílias, especialmente relacionado à alteração na condição de posse (MAGALHÃES, 2002). Aumento ou perda na renda familiar, por exemplo.

A mudança residencial é mais expressiva em dois momentos da vida (MAGALHÃES et RIOS-NETO, 2004). O primeiro estaria compreendido na faixa etária entre os 20 e 30 anos relacionado principalmente à formação do núcleo familiar. Após, a mobilidade tende a aumentar após a saída dos filhos de casa. Contudo, esta análise considera tão somente aspectos familiares, não levando em conta questões econômicas e ambientais, que podem modificar substancialmente a probabilidade de ocorrência da mudança de moradia. Entre as questões econômicas podemos citar as próprias condições de renda, que será mais bem tratada à frente, e emprego da maioria da população brasileira. A respeito das questões ambientais podemos mencionar alterações no uso e ocupação do solo urbano, como a mudança para o uso comercial, ou, até mesmo, a “invasão” por parte de classe social adversa.

A obtenção de dados sobre a mobilidade residencial é tarefa árdua no Brasil, assim como nos demais países. Os censos, que poderiam ser instrumentos essenciais na obtenção de dados para estudos de mobilidade residencial,



quando muito, fornecem apenas informações sobre o tempo de permanência ou origem regional (estadual, municipal, etc.) do entrevistado, viabilizando tão-somente o cálculo dos saldos migratórios mas não dos fluxos p.d. (i.e. matriz de mobilidade) e sua qualificação (SMOLKA, 1994, p. 242).

Dessa maneira, os poucos trabalhos relacionados sobre o tema mobilidade residencial, analisam-no indiretamente, através de fontes que não estão imediatamente ligadas à mobilidade residencial, como registros imobiliários e eleitorais, por exemplo, muitas vezes de difícil acesso, devido à burocracia e o sigilo das informações. São assim elaborados os trabalhos de Magalhães (2002), Magalhães et Carvalho (2002) e Jupira Gomes de Mendonça (2002), sobre a mobilidade residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte; Pedro Abramo et Teresa Cristina Faria (1998), na cidade do Rio de Janeiro; entre outros, relacionados, sobretudo, a estudos realizados nas metrópoles do país.

Na Geografia, os trabalhos realizados utilizando o conceito aqui desenvolvido se resumem a monografias e dissertações, sobretudo, defendidas na Universidade Federal do Rio de Janeiro e orientadas por Roberto Lobato Corrêa⁴, tendo como espaço de estudo, primordialmente, a cidade do Rio de Janeiro e sua região metropolitana.

Até o momento de elaboração deste trabalho, não temos conhecimento de trabalhos que estudam a mobilidade residencial em cidades que não estejam inseridas em regiões metropolitanas e/ou que sejam capitais estaduais. Tal constatação foi feita através de pesquisas nos vários bancos de teses e dissertações das principais universidades do Brasil disponíveis na internet, além de consultas a pesquisadores que estudam a temática. Somente nossas publicações⁵, em eventos de Geografia e afins, têm tomado as cidades médias como espaço intra-urbano de análise da mobilidade residencial, bem como,

⁴ MELLO (1981), COSTA (1996) e RIBEIRO FILHO (1997).

⁵ OLIVEIRA et MENEZES (2004) e OLIVEIRA (2005b; 2005c).



conforme será apresentado no desenrolar deste trabalho, analisa-a empiricamente, através da aplicação de questionário por amostragem em um estudo de caso.

Não obstante às dificuldades, como afirma Smolka (1994) no fragmento que abriu esta parte do capítulo, a mobilidade residencial se apresenta relevante como parte integrante dos estudos relacionados às dinâmicas sócio-espaciais intra-urbanas, interessando desde os planejadores urbanos, através dos indicadores de transformações esperadas nos distintos sítios da cidade, até aos formuladores de políticas, preocupados com a adequada focalização de programas habitacionais, passando pelos agentes imobiliários em seus estudos mercadológicos, pois permite vislumbrar a resposta da população à especulação imobiliária, a construção/reestruturação do espaço intra-urbano, as tendências de (des)valorização do mercado imobiliário em certas áreas da cidade, além de auxiliar no entendimento de fenômenos correlatos a ela, como, principalmente, a segregação sócio-espacial, que conceituaremos a seguir.

1.2. Segregação sócio-espacial

O termo segregação foi conceituado primeiramente como fenômeno espacial pela Escola de Chicago, sendo caracterizado como um processo ecológico, resultado da competição impessoal que formaria espaços de dominação dos distintos grupos sociais, assim como ocorre no mundo vegetal, não sendo, para os autores da Ecologia Urbana, um elemento negativo no espaço intra-urbano. A denominada Ecologia Fatorial, desenvolvida nos anos de 1960, vem somente quantificar a segregação, não se preocupando com suas causas e conseqüências. Por outro lado, os autores da chamada Economia Política Marxista, distintamente dos estudos das linhas de pensamento científico já citadas, passaram a se preocupar com os processos e causas da segregação (MIÑO, 2000).



Segundo Manuel Castells (1983), a segregação sócio-espacial seria a expressão espacial das classes sociais, o reflexo sobre o espaço urbano das desigualdades existentes entre as relações sociais; um processo de aglutinação em áreas com uma homogeneidade social interna e diferenças entre elas marcantes.

Já para Roberto Lobato Corrêa (1999), em menção feita a David Harvey, a diferenciação residencial (a segregação sócio-espacial) deve ser vista como parte das relações dentro da sociedade capitalista, contendo todos seus desequilíbrios, desigualdades, violências, etc. entre as classes que a constituem.

Também seria uma expressão da lógica de mercado que segmenta o solo urbano a fim de se garantirem os lucros presentes e futuros sobre a dinâmica imobiliária (ABRAMO, 2000).

Ainda, Villaça (2001) define a segregação sócio-espacial como “um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões ou conjuntos de bairros [...]” (p. 142).

Em suma, a segregação sócio-espacial é a materialização no espaço intra-urbano, das desigualdades sócio-econômicas, frutos da lógica sócio-espacial conflituosa do capitalismo e do acirramento da violência e marginalização nas cidades, que privilegia algumas classes sociais com áreas de boa infraestrutura, amenidades (criadas e/ou naturais) e segurança, em detrimento à grande parcela da população, que sobrevive em meio à escassez e a precariedade, favorecendo a retirada de renda do solo urbano e a especulação imobiliária.

A segregação sócio-espacial, dependendo da classe social, dá-se de maneira diferenciada, conforme nos diz Miño (2000), em citação feita a O’Neill, através das denominadas auto-segregação e segregação imposta.

A chamada auto-segregação, como aponta Maria Encarnação Beltrão Sposito (2003), utilizando termo formulado por O’Neill, seria a opção feita pelas classes favorecidas para se protegerem da violência urbana. Esta se materializa nos chamados condomínios horizontais e verticais e nos loteamentos fechados.



De outra maneira, para as classes desfavorecidas, dá-se pela segregação imposta, conforme formulado por O'Neill (MIÑO, 2000), fruto da impossibilidade de escolha no ato de morar.

Tomando essa segregação sócio-espacial a partir das camadas menos favorecidas da sociedade brasileira, mostra-se a face espacial da luta pela sobrevivência da família, marcada pela [...] aglomeração, em um mesmo lugar propício à solidariedade, daquelas que não têm como buscar melhores condições de vida individualmente. Sua materialização se daria, dentro dessa ótica, através dos [cortiços e favelas, ou seja,] assentamentos de submoradias (OLIVEIRA et CHAVES, 2004, p. 4-5).

Entretanto, Villaça (2001) não diferencia por classe a segregação sócio-espacial, como feito acima, uma vez que conceitua o termo como um processo dialético, onde a segregação de uma dada classe social proporciona a de outras da mesma maneira.

Ainda sim, consideramos importante a distinção por classe da segregação sócio-espacial, pois esta revalida a posição de denúncia perante as desigualdades sócio-econômicas do processo espacial posto em voga.

Faz-se mister salientarmos que, muito além da simples segregação residencial (que estaria vinculada mais especificamente à localização e distribuição das moradias dentro da cidade) a segregação sócio-espacial cria no cotidiano o cerceamento da convivência entre as classes sociais, pois um segmento da população é privado do usufruto do lugar e da convivência social do outro, seja pela exclusão/seleção, seja pelo temor da violência, etc. perdendo-se, portanto, o direito à cidade (LEFEBVRE, 2001). Vinculado à segregação sócio-espacial também há a notória diferenciação entre lugares da (na) cidade, tanto de moradia, quanto de trabalho e consumo, o que justifica a melhor adequação do termo ao invés de segregação residencial simplesmente.

Outro aspecto a se destacar seria a “concentração espacial do poder político e econômico” (MIÑO, 2000, p. 167), dada aglomeração em um mesmo



lugar das classes de alto poder aquisitivo que, conseqüentemente, vão possuir o poder político, por possuírem, dentro da lógica capitalista, a força motriz do sistema, a econômica.

1.3. Mobilidade residencial, segregação sócio-espacial e o direito à moradia – algumas relações

A segregação sócio-espacial e a mobilidade residencial são condicionantes e conseqüências dentro da dinâmica das cidades contemporâneas, sendo fenômenos dialéticos na formação do espaço intra-urbano. O primeiro encontra sua dinâmica e potencial encerramento dentro da cidade pelo segundo, motivado, por sua vez, através das novas áreas que vão sendo somadas ao espaço intra-urbano já existente (como novos loteamentos, áreas invadidas, etc; e/ou pela renovação de áreas “degradadas” do espaço intra-urbano) restauração de patrimônio histórico, por exemplo; e/ou pelo abandono por uma dada classe de uma área (cortiços criados a partir de sobrados no centro da cidade).

Porém, o fenômeno da mobilidade residencial também se vê impulsionada pelo da segregação sócio-espacial, quando aquele se põe em marcha por motivos de ajuste, por exemplo, apontado por Magalhães et Carvalho (2002), em referência a Clark et Onaka e pode vir a finalizar-se, quando, teoricamente, não houver mais como classes diferentes ocuparem lugares diversificados, estando cada uma agrupada em seus espaços distintos, sem movimento de mudança de moradia. Daí afirmarmos que a mobilidade residencial e a segregação sócio-espacial são fenômenos dialéticos.

O direito à moradia aflora na consciência social. Ele se faz reconhecer de fato na indignação provocada pelos casos dramáticos, no descontentamento engendrado pela crise. Entretanto, não é reconhecido formal e praticamente, a não ser



como um apêndice dos “direitos do homem” (LEFEBVRE, 2001, p. 19).

A este direito à moradia, defrontam-se os fenômenos da mobilidade residencial e da segregação sócio-espacial.

A família, [principalmente as de menor poder aquisitivo,] aqui entendida dentro das mais variadas estruturas que hoje esta apresenta dentro da sociedade – pais e filhos; mãe e filhos; pais, filhos e agregados familiares; etc. – introduzida em um espaço urbano conflitante, muitas vezes não comum à sua experiência de vida, em busca de condições para sobreviver em meio às forças especulativas que atuam sobre o solo urbano, tem, assim, a mobilidade residencial como a única alternativa, muitas das vezes, para a solução, mesmo que temporária, de suas necessidades de habitar um lugar dentro da cidade (OLIVEIRA et MENEZES, 2004, p. 5).

Esta alternativa (a mobilidade residencial) é apreciada aqui dentro da racionalidade da renda familiar e da pretensão à ascensão social, mesmo que relativa⁶, através da moradia própria. Considerando-se as famílias de baixa renda, a lógica para esta ascensão se norteia, normalmente, em direção à periferia desvalorizada dentro da lógica imobiliária/especulativa da cidade, quase sempre ausente de infra-estrutura, onde a autoconstrução⁷ em loteamentos clandestinos

⁶ A relatividade na ascensão social com a compra da moradia própria está baseada no que nos diz LAGO (2000), onde a ascensão se relativiza quando aquela se vincula à ida para periferia, devido à posição desta dentro da hierarquia urbana.

⁷ Empreendimentos de longa duração que, normalmente, são feitos em etapas, segundo a disponibilização de recursos financeiros na renda familiar que permitam a compra ou o financiamento dos materiais de construção, realizando-se nos momentos de folga do trabalho (finais de semana, feriados e férias) pela família, muitas vezes com ajuda de parentes e contando com a solidariedade de moradores próximos que também fazem uso de tal maneira de construção, como nos aponta RODRIGUES (1997).



ou precários, torna-se possível, cristalizando consigo a formação de áreas dentro da cidade distintas pela desigualdade sócio-econômica, fortalecendo, assim, a segregação sócio-espacial.

No entanto, o declínio social também é posto em discussão, uma vez que muitas são as famílias, sobretudo com os atuais problemas econômicos e as altas taxas de desemprego de nosso país, que se encontram na situação de abrir mão de uma moradia face algum problema (perda de emprego, dívidas, etc.) o que transforma a mobilidade residencial para uma área menos favorecida em consequência inevitável, assim, sofrendo o descenso social e a consecutiva inserção em uma nova lógica de segregação sócio-espacial adversa à experiência anterior.

Também a manutenção do *status quo* social das famílias não pode ser suprimido da análise de relações entre a mobilidade residencial e a segregação sócio-espacial, pois esta favorece a incorporação de novas áreas ao espaço intra-urbano, como também a alteração de funcionalidade e de perfis sócio-econômicos daquelas já existentes, dada a reprodução das classes sociais com a formação de novas famílias de todos os níveis econômicos da sociedade.

Assim sendo, o direito à moradia – por que não dizer, como o próprio Lefebvre (2001), o direito à cidade⁸ – dinamiza estes dois fenômenos dentro do espaço intra-urbano, conciliados pelas relações desiguais estabelecidas no modo

⁸ “A classe operária sofre as consequências da explosão das antigas morfologias. Ela é vítima de uma segregação, estratégia de classe permitida por essa explosão. [...] [Assim,] uma nova miséria se estende, que toca principalmente o proletariado sem poupar outras camadas e classes sociais: a miséria do habitat [...]. Em condições difíceis, no seio dessa sociedade que não pode opor-se completamente a eles e que, no entanto lhes barra a passagem, certos direitos abrem caminho, direitos que definem a civilização [...]. Esses direitos mal reconhecidos tornam-se pouco a pouco costumeiros antes de se inscreverem nos códigos formalizados. Mudariam a realidade se entrassem para a prática social: direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida. Entre esses direitos em formação figura o *direito à cidade* (não à cidade arcaica mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o *uso* pleno e inteiro desses momentos e locais, etc.)” (LEFEBVRE, 2001, p. 142-143).



de produção capitalista, principalmente em seu atual estágio de desenvolvimento, a denominada globalização, através dos conflitos sociais.

1.4. Globalização

A globalização é um termo que trás consigo uma heterogeneidade de conceitos afirmativos e negativos. Esta diversidade está ligada a “versatilidade de seu conceito no domínio do senso comum, impregnado de ideologias, mitos e dados [...]” (RAMOS et BARBOSA, 2002, p. 86).

Sua gênese semântica encontra-se nas escolas de administração de empresa estadunidense, sendo Theodore Levitt, da Universidade de Harvard, segundo nos diz Eustáquio Sene (2003), o primeiro a utilizar o neologismo inglês *globalization*, em artigo intitulado *The globalization of markets*, publicado em 1983 no periódico *Harvard Business Review*.

Outra possível origem da palavra globalização estaria não na linguagem da administração, mas na da comunicação. Sob esta ótica, sua origem deveria ser buscada nos escritos de Marshall McLuhan, teórico canadense das comunicações, mais especificamente em seu livro *Understanding media: the extensions of man*, publicado nos Estados Unidos em 1964 (SENE, 2003, p. 21-23).

Autores franceses combatem a utilização do termo globalização para denominar o atual estágio do capitalismo, lançando mão do termo mundialização como o que melhor denominaria o período em que passamos. Mas preferimos nos alinhar à opção de Milton Santos (2002; 2004a) que em seus livros escreve os dois termos sem diferenciá-los, por considerar a discussão sobre a utilização de um ou outro termo desnecessária, sendo esta somente uma questão de adoção de um termo inglês ou latino, importando-se mais pela compreensão do fenômeno e não em como denominá-lo.



Seguindo a discussão a respeito do atual estágio do capitalismo – ou seja, a globalização – são muitos os autores – sobretudo, economistas – que negam sua existência, dizendo que aquilo que assistimos na atualidade nada mais é do que a continuidade do imperialismo (OLIVEIRA, 2005, p. 15).

Não obstante, aqueles autores que questionam a veracidade de um novo período de acumulação capitalista (que possa se distinguir do imperialismo) não têm considerado, aparentemente, características principais do fenômeno, deixando de considerar suas materializações no espaço geográfico (SENE, 2003).

Assim, a globalização seria o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, apoiado sobre um meio técnico-científico-informacional [(SANTOS, 2002; 2004a)], tão bem representado pela grande rede de computadores mundial – a *internet* – impregnada por sua ideologia, que o auxiliou na tarefa de difusão sobre o espaço geográfico, homogeneizando as ações perversas do capital globalizado sobre todo planeta (OLIVEIRA, 2005a, p. 17).

A globalização pode, assim, ser vista como um período que se caracteriza, entre outros aspectos, pela incorporação de conteúdos de ciência, tecnologia e informação, pela aceleração dos intercâmbios, pela antecedência do trabalho intelectual sobre o material, pela rigidez de imperativos organizacionais, pela profusão de um discurso de uma modernização indiscutível. Estes processos criam um novo espaço geográfico que induz a localização de novas infra-estruturas e a imposição de novas formas de regulação (SILVEIRA, 1999)⁹.

⁹ “La denominada globalización puede, así, ser vista como un período, que se caracteriza, entre otros aspectos, por la incorporación de contenidos de ciencia, tecnología e información, por la aceleración de los intercambios, por la antecedencia del trabajo intelectual sobre el material, por la rigidez de imperativos organizacionales [...], por la profusión de un discurso de una modernización ineluctable. Estos procesos crean un nuevo espacio geográfico [...] que termina por inducir la localización de nuevas infraestructuras y la imposición de nuevas formas de regulación” (SILVEIRA, 1999, p. 48).



1.5. Globalização, mobilidade residencial e segregação sócio-espacial – relações atuais

A globalização, como atual estágio de acumulação do capital, reorganiza o espaço geográfico, conformando-o para a obtenção da mais-valia pelas empresas globais.

Na escala do globo, o motor implacável de tantas reorganizações, sociais, econômicas, políticas e, também, geográficas, é essa mais-valia global, cujo braço armado é a competitividade, que neste nosso mundo belicoso, é a mais guerreira de todas as ações (SANTOS, 2002, p. 333).

Acompanhando a nova lógica de flexibilização produtiva, de comunicação e de consumo, o espaço se vê equipado pelos fixos necessários aos novos fluxos globalizados. E, como nunca antes visto, esta instrumentalização do espaço geográfico (através da inserção de tecnologia e conhecimento no território, materializados nas infra-estruturas de comunicação virtual e física, na produção e no consumo tanto de bens, quanto de informação) dá-se impregnada de ideologia justificadora, no sentido de que esta chega a anteceder à materialização posta em prática pela lógica espacial da globalização, caracterizando as formas geográficas¹⁰ específicas do período, quer dizer, formas geográficas da globalização¹¹.

¹⁰ “A forma viria a ser a materialização no espaço, da estrutura necessária à manutenção de um dado modo de produção, ou seja, uma forma geográfica. As formas geográficas possuem em sua formação e utilização toda ideologia e simbolismo do modo de produção que as constituíram, sendo, por isso, consideradas formas-conteúdo. Contudo, com o passar da história, modos de produção vão se sobrepondo, de tal maneira que formas geográficas se sobrepõem – com a destruição da primeira, ou a mudança de seu conteúdo; surgem – em espaços novos; ou são abandonadas – perdendo seu conteúdo, sua função” (OLIVEIRA; LOURES et CASTRO, 2005, p. 10775).

¹¹ Sobre formas geográficas da globalização ver LOURES et OLIVEIRA; OLIVEIRA, LOURES et CASTRO (2005) e OLIVEIRA et CHAVES (2005).



Lógica espacial e ideologia (materializadas nas formas geográficas mundializadas) que se relacionam substancialmente com a segregação sócio-espacial e com a mobilidade residencial, assim como os demais períodos de acumulação capitalista, mas com um diferencial, pois o mercado surge como razão, com o comando da reorganização do território. Como o mercado é global e funciona sobre a base da competitividade, ou seja, a guerra entre as empresas, o território permanece em constante nervosismo e submetido a alterações muito grandes, agudas e inesperadas. O território está subjugado a modificações rápidas e com cadências que não se pode determinar nem esperar, já que são o resultado de um conflito desmedido de empresas que competem em um mercado global. A política e as ações egoístas das empresas influem nas possibilidades de vida das populações, pois essas empresas organizam os territórios para seu próprio serviço e desorganiza todo o demais, isto é, o resto das empresas, a administração pública, a sociedade. Assim se produz uma nova ordem. Mas na medida em que esta ordem é uma ordem-desordem global, o resto todo se desorganiza. É uma ordem-desordem que não tem limites, já que não tem finalidade (SANTOS, 1999)¹².

Destarte, ganham a mobilidade residencial e a segregação sócio-espacial novos imperativos, por um lado direcionados no intuito de alienar sócio-espacialmente a parcela da sociedade inserida no sistema produtivo-consumista global e por outro a destruir e desorganizar o espaço cotidiano, convivido por todas as classes sociais, maximizando a violência que se pluraliza e se vulgariza, em formas geográficas seletivas, privadas ou privatizadoras do espaço público,

¹² “El mercado aparece como razón, con el comando de la reorganización del territorio. Como el mercado es global y funciona sobre la base de la competitividad, es decir, la guerra entre empresas, el territorio resulta permanentemente nervioso y sometido a cambios muy grandes, agudos e inesperados. El territorio está sometido a cambios rápidos y con ritmos que no se pueden vislumbrar ni esperar, ya que son el resultado de una lucha desmedida de empresas que compiten en un mercado global. [...] La política y las acciones egoístas de las empresas influyen en las posibilidades de vida de las poblaciones. [...] Esas empresas organizan los territorios para su propio servicio y desorganizan todo lo demás, esto es, el resto de las empresas, la administración pública, la sociedad [...]. Así se produce un nuevo orden. Pero en la medida que este orden es un orden-desorden global, todo lo demás se desorganiza. Es un orden-desorden que no tiene límites, ya que no tiene finalidad” (SANTOS, 1999, p. 16).



que alteram a noção de cidadania, dando-lhe caráter materialista e consumista, balizadas na exclusão e no cerceamento da sociabilidade. Estas formas geográficas da globalização são tanto materializadas diretamente pelo capital global e para as classes sociais inseridas no sistema mundial (plantas de empresas globais, cabos de fibra-ótica, torres de telefonia celular, *shopping centers*, loteamentos fechados e condomínios verticais e horizontais, etc), quanto pela parcela da sociedade simplesmente ignorada pelo capital mundial, mas que luta por sua sobrevivência (favelas, feiras informais, camelôs, entre outros).

São exatamente estas formas geográficas da globalização, sobre tudo no relacionados com a moradia e o cerceamento da convivência social plena, implementadas no Brasil com o fundamental amparo do neoliberalismo, o principal vínculo entre a globalização e os fenômenos da segregação sócio-espacial e a mobilidade residencial, sendo sobre este último o destaque analítico que destacamos neste trabalho.

Todavia, achamos ainda necessária a introdução de novos elementos analíticos sobre distribuição de renda e déficit habitacional no Brasil, além do conceito de assentamento de submoradias (as favelas, como citadas linhas anteriores e outras formas geográficas) para um debate esclarecedor sobre a globalização e o neoliberalismo no espaço urbano brasileiro e posterior análise das repercussões desse período em Juiz de Fora (nosso espaço empírico de estudo) de modo geral e em particular na mobilidade residencial (nossa principal pretensão analítica).